



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

**“Ordinário pão da terra”: os editais da farinha de mandioca no governo de
João Maurício de Nassau-Siegen (1637-1644)**

Matheus Vila Nova Nunes
Aluno de Graduação em Licenciatura em História
9º Período
Orientador: Prof. Dr. Bruno Romero Ferreira Miranda

Artigo Científico para TCC

Recife/PE

2019

“Ordinário pão da terra”: os editais da farinha de mandioca no governo de João Maurício de Nassau-Siegen (1637-1644)

Matheus Vila Nova Nunes¹

Resumo: Um dos temas mais discutidos pela historiografia nacional, a conquista de parte do Brasil pela Companhia Neerlandesa das Índias Ocidentais (*West-Indische Compagnie* - WIC), que ocupou parte do território brasileiro durante o período de 24 anos, foi abordada sob vários vieses. No entanto, diversas lacunas podem ser observadas na vasta bibliografia produzida sobre o assunto: entre elas, a produção interna de alimentos e as várias tentativas da administração da Companhia em sanar a recorrente escassez de comida. Nesse artigo científico, discutiremos a respeito de uma das medidas que visava solucionar o grave problema do abastecimento de víveres da tropa. Trataremos, então, da implementação, pelo governador do “Brasil holandês”, João Maurício de Nassau-Siegen, das chamadas fintas da mandioca entre os anos de 1637 e 1644, que buscavam solucionar os eminentes problemas alimentares durante a conquista neerlandesa.

Palavras-Chaves: Finta da mandioca, WIC, João Maurício de Nassau, produção de alimentos.

Résumé: Un des thèmes les plus discutés par l’historiographie nationale, la conquête d’une partie du Brésil par la Compagnie néerlandaise des Indes occidentales qui a occupée le territoire brésilien pendant une période de 24 ans et qui fut abordé sur plusieurs aspects. Plusieurs lacunes peuvent être observées dans la vaste bibliographie produite au sujet de cette thématique : parmi elle la production d’aliments et les diverses tentatives d’administration pour remédier la pénurie de nourriture. Dans cet article scientifique nous découvrirons dans le respect d’une des règles qui visait à apporter une solution au grave problème de approvisionnement de la nourriture dès troupe. Nous allons traiter, alors, de l’application par le gouvernement du “Brésil hollandais”, João Maurício de Nassau-Siegen, de ce qu’on appelle dès taxation de la manioc entre les années 1637 et 1644, taxation que avait por objectif résout les problèmes de la nourriture au Brésil.

Mots-clés: taxation de la manioc. WIC, João Maurício de Nassau, production de la nourriture.

¹ Graduando em História pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)

INTRODUÇÃO

A ocupação do Brasil pela Companhia das Índias Ocidentais (*West-Indische Compagnie* - WIC), entre 1630 e 1654, foi amplamente discutida pela historiografia nacional e trabalhada sob diversos aspectos – entre abordagens que priorizaram a política, a economia, a sociedade, a religião e a cultura. Todavia, vários assuntos e subtemas ainda persistem sem a devida atenção. Entre eles, destacamos, a produção interna de alimentos e as várias tentativas da administração da Companhia em sanar um recorrente problema da colônia: a escassez de comida. Neste artigo, selecionamos discorrer a respeito de uma das medidas que objetivava sanar a dificuldade de prover de víveres a gente de guerra da Companhia e, em extensão, os não combatentes sob jurisdição do governo neerlandês. Especificamente, vamos tratar da implementação, pelo governador do Brasil holandês, João Maurício de Nassau-Siegen, das chamadas fintas da mandioca entre os anos de 1637 e 1644, medida que tornava obrigatória a produção de alimentos para a Companhia, conforme veremos adiante. Além de analisar seu impacto no que concerne à alimentação da soldadesca, vamos tratar sobre as repercussões que tal finta gerou nas já conflitantes relações dos representantes da Companhia no Brasil com a gente da terra.

A questão da “finta de mandioca” e, sobretudo, os editais instituídos durante o governo de Maurício de Nassau (1637-1644) é um dos poucos temas que aparece com certa frequência nos chamados clássicos da historiografia do “Brasil holandês” no que tange às medidas de produção de alimentos para as tropas e a população. Em Hermann Wätjen, por exemplo, a questão da finta é abordada dentro das discussões dos profundos problemas logísticos e financeiros da Companhia, incapaz de enviar alimentos para as tropas de forma regular. No entanto, o historiador pontua que, mesmo com o advento da “finta da mandioca”, o envio de farinha de trigo sempre se fez necessário, pois o aprovisionamento interno, inclusive no que se refere à produção de mandioca, nunca foi suficiente. Também o autor ressalta as cobranças da Companhia no cultivo de outros gêneros alimentícios, como feijão e hortaliças.²

Já em C. R. Boxer³, dotado também de uma escrita voltada para os termos econômicos mais gerais, as discussões acerca do abastecimento interno são semelhantes às de Wätjen. O historiador também aborda a questão a partir do prisma da crise financeira e da incapacidade da WIC para apaziguar o território e colonizá-lo. No entanto, há uma intenção, em sua obra, de

² WÄTJEN, Hermann. **O Domínio Colonial Holandês no Brasil**. Um capítulo da história colonial do século XVII. [1921] Recife: Companhia Editora de Pernambuco-CEPE, 2004.

³ BOXER, Charles Ralph. **Os holandeses no Brasil: 1624-1654**. Tradução de Olivério M. de Oliveira Pinto. Recife: CEPE, 2004.

enaltecer João Maurício de Nassau-Siegen como aquele que tenta remediar o problema logístico por meio de uma política de produção sistemática de alimentos na conquista. Para ele, Nassau, “um estadista à frente do seu tempo” foi até mesmo capaz de combater um problema crônico do Brasil no período colonial, conforme colocam vários pensadores da formação econômica do Brasil⁴: a monocultura.

José Antônio Gonsalves de Mello, na obra *Tempo dos Flamengos*,⁵ trabalha a questão alimentar de maneira genérica. Apesar de haver um capítulo inteiro para discutir o meio rural, não há uma sistematização clara sobre a produção de víveres, e quando feito, aponta apenas as penúrias das tropas devido à escassez alimentar. No que concerne à finta da mandioca, o historiador utiliza-se das Atas Diárias (*Dagelijkse Notulen*) para enfatizar sua interpretação sobre a peculiaridade positiva do governo de Nassau, interpretação utilizada reiteradamente por Boxer e Wätjen.

Evaldo Cabral de Mello, em sua obra clássica, *Olinda Restaurada*,⁶ tem no centro da discussão o financiamento das tropas luso-brasileiras. A política dos editais da mandioca é tocada por outro viés, comparando com as medidas alimentares traçadas pelas tropas luso-brasileiras, que também enfrentaram grande problemas alimentícios durante todo o período da conquista. O autor, no entanto, não centraliza sua discussão sobre as fintas relacionando-as ao combate à monocultura, como aponta a historiografia abordada anteriormente. Para Evaldo as fintas foram uma forma de suprir, a baixo custo, as tropas da Companhia, regularmente assoladas pela escassez de alimentos.

Em *Gente de Guerra*,⁷ o historiador Bruno Miranda faz uma sistematização da distribuição da farinha fintada, bem como de toda a logística da WIC no que se refere ao trato com víveres. No entanto, não foi foco da sua pesquisa abordar os entraves e o processo de aplicabilidade dos editais com os produtores de mandioca, tampouco indica os produtores submetidos ao edital, ainda que eles apareçam brevemente em sua narrativa

⁴ Estamos falando, por exemplo, dos trabalhos de Celso Furtado, *Formação Econômica do Brasil*, Caio Prado Júnior, *Formação do Brasil Contemporâneo*, Maria Yedda Linhares, *História do Abastecimento do Brasil*, Manuel Correia de Andrade, *A Pecuária e a produção de alimentos no Brasil Colonial*. A centralidade da discussão ainda aparece nas obras de outros estudiosos como: Gilberto Freyre em *Casa Grande e Senzala*, e Josué de Castro em *O Problema fisiológico da alimentação no Brasil*, por exemplo, e também na historiografia clássica sobre o “Brasil holandês” que estamos apresentando.

⁵ MELLO, José Antônio Gonsalves de. **Tempo dos Flamengos**. Influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil. [1947] Recife: Topbooks, 2001.

⁶ MELLO, Evaldo Cabral de. **Olinda Restaurada**. Guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998.

⁷ MIRANDA, Bruno Romero Ferreira. **Gente de guerra**. Origem, cotidiano e resistência dos soldados do exército da Companhia das Índias Ocidentais no Brasil (1630-1654). Recife: Editora da UFPE, 2014.

Já o historiador Rômulo Nascimento, em tese intitulada *O desconforto da governabilidade*,⁸ dá ênfase as zonas produtoras durante o período do incremento da finta da mandioca. É válido ainda afirmar que as minúcias administrativas do governo de Nassau foram postas como foco da discussão de Rômulo Nascimento. O tema da finta da mandioca aparece para exemplificar as diversas formas de relacionamento entre a WIC e os moradores/produtores, em especial com a mediação da Câmara dos Escabinos.

Conforme fora mencionado, todos foram unânimes em apontar o desgaste da administração da WIC com os senhores de engenho, que ao obrigá-los a produzir farinha de mandioca taxada em relação a quantidades de escravo que possuíam, gerou mais um elemento na desgastante relação da Companhia com a “gente da terra”, que culminou posteriormente no movimento restaurador de 1645.

É objetivo desse artigo, então, discutir de maneira mais pormenorizada como se deu a implementação das chamadas fintas da mandioca, assim como a atuação dos seus agentes, quais as mudanças nos editais e como as fintas foram se adaptando à realidade econômica e social da conquista. É intenção também, trazer uma breve discussão de quais foram as medidas tomadas pela WIC nos períodos anteriores aos editais, a fim de notar quais são as contribuições das políticas de abastecimento que antecedem a chegada de Maurício de Nassau (1637) na conquista. Além disso, vamos analisar em que medida as cobranças realizadas pela Companhia contribuíram para os levantes que acabaram culminando com a Insurreição Pernambucana.

ANTECEDENTES A FINTA

Desde as primeiras conquistas no Brasil, a WIC buscou estabelecer contatos com os produtores locais e controlar as zonas de produção. Na medida em que a conquista avançou para regiões interioranas, principalmente da Paraíba, Itamaracá e Pernambuco, ela passou a cobrar dos moradores contribuições em alimentos. Era uma atitude diferente aos anos iniciais da conquista, quando o abastecimento interno era obtido majoritariamente por meio de saques e pilhagens.

No fim de 1633, por exemplo, os neerlandeses avançaram pelo Rio Grande e, em seguida, conquistam o Pontal de Nazaré, no Cabo de Santo Agostinho,⁹ a Paraíba. Paralelamente, havia

⁸ NASCIMENTO, Rômulo Luiz Xavier. **O desconforto da Governabilidade**: aspectos da administração no Brasil holandês (1630-1644). Rio de Janeiro: Tese de Doutorado da Universidade Federal Fluminense, 2008.

⁹ Vale ressaltar que até a tomada do Cabo de Santo Agostinho pelos holandeses, em meados de 1635, os víveres obtidos pelas forças hispano-luso-brasileiras eram desembarcados pelo porto de Nazaré, aí localizado. NASCIMENTO, Rômulo Xavier do. **O desconforto da Governabilidade**, p. 159.

uma tentativa de estabelecer um maior contato com os moradores, já que, com o enfraquecimento das zonas de escoamento de víveres e de açúcar para o núcleo da resistência, as tropas luso-brasileiras ficaram cada vez mais comprometidas. Uma prova disso é a passagem do Frei Manoel Calado sobre a Capitulação da Paraíba:

Não perdeu o inimigo as estribeiras, antes com sua armada foi sobre a fortaleza do Rio Grande, e a tomou, e tomou também a ilha de Itamaracá, e a Paraíba depois de muita batarias e encontros perigosos, e muito derramamento de sangue, assim da sua como da nossa parte; e na Paraíba, para se congraciarem com os moradores (...) concediam a todos os moradores todas suas fazendas e escravos, livremente, e que os conservariam em sua posse, e os defenderiam de toda a sorte de inimigos, e lhe acudiriam com todo o gênero de mercadorias, e lhe pagariam os frutos da terra por seu justo preço.¹⁰

O Coronel Arcizewski, um dos grandes participantes da quebra do que Evaldo Cabral de Mello chama de Impasse Militar, entre 1630 e 1633¹¹, concedeu passaportes para os portugueses não serem molestados, mas exigiu o fornecimento de mantimentos e víveres. Era uma troca pela manutenção de suas vidas e bens. Como atesta Johannes de Laet:

O que estivera ocupado por alguns dias em estabelecer a boa ordem na gente do campo e fazer com que trouxessem ao acampamento as contribuições de víveres (porque acharam que por esse meio obtinham mais carne e farinha de mandioca do que necessário e por tal preço que a manutenção de cada soldado não custava mais de um florim por semana à Companhia) e poz-se logo a deliberar o que deviam empreender mais contra o inimigo¹²

Vale destacar que durante o período de resistência no Arraial do Bom Jesus ou, como dizem as fontes, o Forte Real, contou com o abastecimento de víveres por meio de vivandeiros, homens que comercializavam farinha de mandioca nas imediações do Arraial. Ademais, as tropas luso-brasileiros contavam com o auxílio de víveres provenientes das capitânicas da Paraíba e de

¹⁰ CALADO, Manuel. **O Valeroso Lucideno e triunfo da liberdade**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1987, p. 55.

¹¹ A historiografia clássica, levando em consideração as mudanças na guerra, a relativa estabilidade governamental e as mudanças de estratégias nos momentos de conquista, divide o período de ocupação neerlandesa no território brasileiro em três períodos: a conquista (1630-1637), a expansão (1637-1644), e o declínio (1644-1654).

¹² LAET, J. **História ou annais dos feitos da Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais**. 2 vol., Trad. de José Hygino Duarte Pereira e Pedro Souto Maior. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1916, p. 522.

Itamaracá, antes da tomada das tropas neerlandesas. Após a queda destas duas capitânicas, restava a resistência contar com o auxílio de Porto Calvo.¹³

É válido ainda dizer que, nas vésperas da tomada do Arraial, houve um aumento substancial no preço da farinha de mandioca devido à escassez do produto em decorrência aperto militar realizado pelas tropas neerlandesas, o que causou dificuldades tanto para os luso-brasileiros, residindo em áreas de resistência, como para a WIC, que tinha a necessidade urgente de tomar uma medida para normalizar a produção.

Diante dessas dificuldades de abastecimento e em decorrência das sucessivas derrotas luso-brasileiras que a fome passou a instalar-se com maior frequência nas tropas sitiadas no Arraial. Perante essa realidade, o cronista Brito Freyre faz um relato impactante sobre as dificuldades de obter farinha de mandioca, alimento crucial para a manutenção da resistência:

E juntando-se tantas moléstias a fome, que sobre todos os é miserável modo de padecer, dias houve em que se deu de ração a cada soldado uma só espiga de milho grosso. Porque a farinha de mandioca, ordinário pão da terra, esperdiçada e despendida, entre as presentes aflições valia antes o alqueire meia pataca e não se achando agora por dois cruzados, com ser o preço tão excessivo, custava mais descobri-la que comprá-la.¹⁴

Com a quebra do impasse e da modificação no corpo militar luso-brasileiro, foram implementadas uma série de mudanças como em 1635, quando Felipe IV decretou que o comandante das tropas militares e arquiteto da tática de guerrilha assumida pelas tropas locais voltasse para Lisboa, onde foi preso, devido às sucessivas derrotas luso-brasileiras. Para substituir Matias de Albuquerque no comando de guerra o monarca enviou fidalgo espanhol, D. Luís de Rojas e Borja. Feito isto, a condução das operações bélicas passou a desprezar os conhecimentos das tropas locais sobre o terreno, e reduziu a tática de guerra de “terra arrasada” que consta em atear fogo nas zonas de produção a fim de negá-las aos neerlandeses, como era feita por Matias de Albuquerque. Buscava substituir, em parte, por um modelo de guerra europeia.¹⁵

Vale destacar, então, que dentre as primeiras providências tomadas pelo novo chefe

¹³ NASCIMENTO, Rômulo Xavier do. **O desconforto da Governabilidade**. p, 159.

¹⁴ FREYRE, Francisco de Brito. **Nova Lusitânia História da guerra Brasílica**. Seguido da Viagem da armada da Companhia de commercio, e frotas do estado do Brasil. Governo de Pernambuco/Secretaria de Educação e Cultura, Recife, 1997.

¹⁵ PAPAVERO, Claude Guy. **Mantimentos e víveres: o domínio colonial holandês no Brasil**. São Paulo: Dissertação de mestrado da Universidade de São Paulo, 2002, p. 140.

militar, D. Luiz, foi procurar mantimentos para a manutenção de suas tropas, caminhando em direção ao sul da capitania de Pernambuco, à vila de Porto Calvo, que segundo vários cronistas, inclusive Verdonck¹⁶, dispunha de roças e gado, como mostra a passagem:

Num dos melhores engenhos de Porto Calvo, o Escorial, “os soldados encontrariam muito o que comer, ovelhas, e carneiros, perus e galinhas” De um morador abastardo, Antônio de Abreu, se sabe que de uma feita ofereceu ao Exército 2.000 alqueires de farinha, equivalentes à alimentação de 1.000 soldados durante dois meses¹⁷

Afinal, estimava-se que os víveres com que desembarcaram as tropas de D. Luís de Rojas mal chegariam para dois meses. E na verdade durariam apenas um mês.¹⁸

Mas abundância não era uma constante nessa zona de Porto Calvo. A guerra e a circulação de grandes grupos militares drenavam os recursos da região. Por isso, as tropas portuguesas instituíram um sistema de contribuições obrigatórias aos moradores. Cada um ficava obrigado a manter um certo número de soldados. Com a saída dos portugueses, anos depois, seria a vez dos neerlandeses instituírem um sistema parecido, como será analisado posteriormente. As contribuições em farinha pedidas pelos ibéricos foram lançadas por dois meses em outubro de 1636 e seriam prorrogadas sempre que as tropas sentissem a necessidade de alimentos.¹⁹

Em decorrência da conquista dos sítios de defesa das tropas luso-brasileiras, foram feitos, por parte da Companhia das Índias Ocidentais, de maneira mais sistemática, contatos com os produtores. Esses contatos eram intermediados por comissários, assistentes administrativos, membros do governo, capitães ou oficiais que recebiam uma quantia em dinheiro para comprar alimentos aos locais. Esse processo de compra era feito por dinheiro, que era disponibilizado periodicamente na tesouraria do Recife para as guarnições, que recebiam e compravam os víveres nas proximidades onde já havia contatos da WIC. Esse processo se exemplifica no caso do

¹⁶ Em apontamentos datados até mesmo antes de 1630, foram listados produtores, quantidade de escravos e tipos de alimentos. Adrien Verdonck, por exemplo, indicou em uma memória, elaborada antes da conquista neerlandesa e que foi oferecida para o Conselho Político de Pernambuco, as zonas de abastecimento de todas as capitanias do nordeste brasileiro e suas respectivas freguesias. No relato, Verdonck enfatiza as riquezas da terra e sua abundância de alimentos. Tal noção não se mostrou verídica com a ocupação efetiva do território. Todavia, as áreas onde poderiam ser adquiridos e produzidos alimentos mostraram-se coerentes com outros textos coevos.

¹⁷ MELLO, José Antônio Gonsalves de. **Fontes para a História do Brasil Holandês**. 1. A Economia Açucareira. Recife: MinC / SPHAN, Fundação Nacional Pró-Memória, 1981. , p.37

¹⁸ MELLO, Evaldo Cabral de. **Olinda Restaurada**. Op. Cit., p. 199.

¹⁹ Ibidem, p. 199.

Conselheiro Político²⁰ Jacob Stachouwer, que, em maio de 1635, recebeu uma remessa de 1.200 florins para efetuar uma compra de farinha e de carne para os soldados.²¹

O mesmo Jacob Stachouwer, atento à importância da rendição e do cumprimento do juramento por parte dos portugueses no que tange o fornecimento de alimentos, foi agente ativo na elaboração dos acordos com os derrotados, com a intenção de obter víveres para as guarnições do Recife por meio de acordo com os capitulados na Paraíba e em outras capitânias²², já que a notícia de que os acordos estavam sendo firmados na Paraíba se espalharam, em especial no Rio Grande²³, zona famosa pelos seus extensos currais de gado, de que falaremos mais adiante.

Contudo, mesmo com os contatos com a gente da terra e a tímida redução de confrontos bélicos, as dificuldades da Companhia em manter as tropas e a população se mantiveram, agora em decorrência das repetidas dificuldades financeiras que a Companhia das Índias enfrentava. Em razão disso, a compra de farinha com os produtores nem sempre se dava de maneira fácil. Muitas vezes foram relatadas dificuldades na compra de farinha em decorrência da falta de dinheiro para pagar os produtores de farinha. Como aponta o trecho das Atas Diárias:

O Senhor Schott já escreveu várias vezes antes, que estava difícil de encontrar farinha ou animais para manutenção de nossos soldados e que não tinham dinheiro para pagar os credores que haviam fornecido farinha (grifo meu) e animais. Assim foi decidido para satisfazer os moradores e portugueses que iríamos comprar pano de algodão dos cidadãos livres e mandar para o Commis (Comissário) Paulus Mazuer em Muribeca.²⁴

²⁰ A função do Conselheiro Político passou por uma série de reformulações ao longo da administração política neerlandesa, durante os 24 anos de permanência no território. Quando da administração de Nassau e do Alto Conselho (*Hooge Raden*), o Conselho Político não representava mais o órgão superior da Companhia das Índias Ocidentais no Brasil, já que a nova administração nassoviana concentrou essa instância administrativa ao Alto Conselho. Ademais, apenas um Conselheiro Político estava desde o início da conquista neerlandesa: Servaes Carpentier. Os demais, como o citado Willem Schott, Jacob Stachouwer, Balthasar Wyntgens e Ippo Eysens, iniciaram suas atividades a partir de 1634, após o cargo ter sido ocupado por Mathijs van Ceulen e Johan Gijsselinh. NASCIMENTO, Rômulo Xavier do. **O desconforto da Governabilidade**, p. 183.

²¹ MIRANDA, Bruno Romero Ferreira. **Gente de guerra**. p. 147.

²² Ata Diária do Alto e Secreto Conselho do Brasil 16 de abril de 1636. **Fundo José Hygino**. Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano.

²³ LAET, J. **História ou annais dos feitos da Companhia Privilegiada das Indias Ocidentais**. 2 vol., Trad. de José Hygino Duarte Pereira e Pedro Souto Maior. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1916, p. 522.

²⁴ Ata Diária do Governo do Brasil de 8 de janeiro de 1636. **Fundo José Hygino**, Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano.

Todavia, afora os problemas de fornecimento, a WIC tinha uma dificuldade recorrente: a falta de numerário para pagar os fornecedores. Como abordou Wätjen,²⁵ muitos deles se recusavam a entregar farinha a crédito, haja vista calotes dados pela própria WIC. Nesse caso, açúcar e outros bens entravam como “moeda” para obter comida para as tropas, como se vê numa ata do Conselho Político de março de 1636:

Na reunião compareceu o Senhor Paulus Mazeur, que relatou que ele não conseguia mais achar farinha disponível em Muribeca, a menos que ele tivesse dinheiro ou bens para negociar. Depois de uma deliberação foi decidido, tendo em vista que não dispomos mais de meios líquidos, de se adquirir alguns bens dos comerciantes livres e pagá-los com açúcar pelo preço de mercado.²⁶

A necessidade de se manter e sistematizar a produção interna se torna ainda mais latente se levarmos em consideração o parco envio de víveres para a colônia quando comparado com o ano de 1630, no qual foram recebidas 35 embarcações da Europa. No ano de 1635 foram apenas nove embarcações,²⁷ apenas uma discriminando suas cargas naquele ano.²⁸ Um dos motivos para essa diminuição pode ter sido o aumento do tráfego de navios com bens de comércio, aumentado em função do crescimento do comércio na colônia, fruto do avanço da WIC no território. Ou seja, na medida em que eram enviados mais produtos de comércio, menos sobrava espaço nos navios para transportar víveres.²⁹

É nesse período e em consequência desses fatos que alguns Conselheiros Políticos começaram a produzir uma série de inventários sobre as potencialidades da terra de cada localidade onde esses homens tinham maiores ligações. O objetivo, além de se ter uma maior dimensão das potencialidades da terra, no que tange a produção de açúcar, era a produção de víveres.

Entre esses relatórios se destaca o do mais antigo Conselheiro Político e Diretor da Companhia das Índias Ocidentais, Servaes Carpentier,³⁰ escrito em 1635, sobre a recém tomada

²⁵ WÄTJEN, Hermann. **O Domínio Colonial Holandês no Brasil**, pp. 330-331.

²⁶ Ata Diária do Governo do Brasil de 12 de março de 1636. **Fundo José Hygino**, Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano.

²⁷ NASCIMENTO, Rômulo Xavier do. **O desconforto da Governabilidade**. p. 166.

²⁸ Ata Diária do Governo do Brasil de 27 de março de 1635. **Fundo José Hygino**, Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano. O navio Walcheren ancorou no Recife com farinha de trigo e outros gêneros.

²⁹ *Ibidem*, p. 167.

³⁰ Além de ter trabalhado por longo tempo para a WIC, Servaes Carpentier também produziu alimentos na Ilha de

Capitania da Paraíba. Nesse relatório há uma série de levantamentos feitos sobre as características geográficas, a situação dos engenhos, os costumes da população nativa, o número de escravos, a quantidade e facilidade em obter carne, e claro, as potencialidades da terra em produzir alimentos e os costumes alimentares da população local, como apresenta o trecho do relatório:

Entre os alimentícios, o principal é a mandioca, de cuja raiz se faz a farinha de pau. Os campos em que é cultivada, os portugueses chamam de roças e aos que as plantam, lavradores de roças; essa farinha serve de pão para os habitantes, excetuando os ricos.³¹

Carpentier conhecia bem os problemas alimentares que passavam a conquista, chegando a enviar uma missiva já no ano de 1635 para a Companhia solicitando víveres para o comissário Gijsseling.³² O Conselheiro Político reclama à Companhia, ainda, sobre a falta de gado, que haviam se dispersado em consequência da guerra e outra já havia sido servida para consumo das tropas e da população, sendo necessária alguma medida por parte da Companhia para sanar os problemas de abastecimento também na Capitania da Paraíba.³³

Outro Conselheiro Político que contribuiu para esse levantamento das potencialidades do território é Willem Schott, o qual realiza um inventário em 1636³⁴, onde é feito um levantamento de todos os engenhos situados ao Sul do rio da Jangada até o rio Una – na capitania de Pernambuco - e seus respectivos senhores. O Conselheiro Político ainda especifica a tipologia do engenho, além de apontar a quantidade de escravos de cada propriedade. Esses dados serão de suma importância para a finta, assunto a ser abordado mais adiante.

O Conselheiro Schott também fez parte dos que negociaram farinha, ainda no ano de 1636. O Conselheiro fez um alerta sobre as dificuldades de pagar aos credores luso-brasileiros as quantias de farinha negociadas.³⁵

Itamaracá, contraiu dois engenhos de açúcar, um na freguesia de Goiana, chamado Três Paus ou Camaragibe em 1637 e posteriormente adquiriu o engenho Nossa Senhora da Conceição Na Freguesia de Santo Amaro do Jaboatão em 1639. MELLO, Evaldo Cabral de. **O bagaço da cana**, p. 97.

³¹ MELLO, José Antônio Gonsalves de. **Fontes para a História do Brasil Holandês**. 2. A administração da colônia. p. 40.

³² Ata Diária do Governo do Brasil de 5 de de bril de 1635. **Fundo José Hygino**, Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano.

³³ Ata Diária do Governo do Brasil de 25 de Abril de 1636. **Fundo José Hygino**, Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano.

³⁴ O autor do inventário foi senhor de engenho. Em 1636, há referência de que ele ocupava um engenho na freguesia da Muribeca, que não foi possível identificar.

³⁵ Ata Diária do Governo do Brasil de 8 de janeiro de 1636. **Fundo José Hygino**, Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano.

Dadas essas dificuldades de manter a conquista com alimentos, mesmo após a diminuição das constantes guerrilhas dispostas por Matias de Albuquerque, pelos exemplos tipificados acima, era necessária uma política de maior controle fiscal e de medidas compulsórias na tentativa de suprir as deficiências da conquista, que cada vez contava com mais colonos e tropas no território. Todavia, foi só após a chegada do Conde Maurício de Nassau-Siegen, que administrou a conquista durante os anos de 1637-1644, que medidas de maior controle administrativo foram estabelecidas.

AS FINTAS DA MANDIOCA

No ano da chegada de Maurício de Nassau, foram obtidas informações suficientes a respeito de como vinha sendo administrado o Brasil pela Companhia. Conforme foi mostrado acima, entre 1630-1637, muitos relatórios haviam sido enviados pelos conselheiros políticos e oficiais superiores de modo a proporcionar uma atualização da situação no qual se encontrava a conquista.

É evidente, haveria muito trabalho a ser feito pela frente. Empreendimentos militares e abastecimento de víveres continuavam sendo as principais bases no qual se estabeleceria a administração do Conde, além de uma busca por uma consolidação interna na produção de açúcar e na arrecadação de impostos.³⁶

A fim de resolver esse último e fundamental problema, que era a produção de açúcar, Nassau fez logo sentir a sua presença, como aborda Charles Boxer. Ele garantiu que

“os portugueses fossem submetidos à lei romano-holandesa, garantindo-lhe uma relativa igualdade de direitos, sendo permitido ocupar as suas terras, além de reedificar Olinda (...). Declarou também que todos os engenhos desocupados deveriam passar para a Companhia, que os venderia por meio de um leilão, juntamente com os negros. Sendo o pagamento feito a prazo por meio de açúcar ou a dinheiro. Ao todo foram vendidos 54 engenhos, sendo vinte e um para os holandeses, dezessete para luso-brasileiros e seis para judeus”.³⁷

Segundo o Charles Boxer, em 1637, a indústria açucareira estava restaurada.³⁸

³⁶ NASCIMENTO, Rômulo Luiz Xavier. **“Pelo Lucro da Companhia”**: Aspectos da Administração no Brasil holandês, 1630-1639. Recife: Dissertação de mestrado da Universidade de Pernambuco, 2004, p. 100.

³⁷ BOXER, Charles Ralph. **Os Holandeses no Brasil: 1624-1654**, p. 142.

³⁸ Idem.

Com a administração centrada nas mãos de Nassau, que tinha a finalidade de iniciar uma política decisória, diferentemente da antiga administração da Companhia. Dessa forma, a guerra passaria a ficar em suas mãos. E não fez por menos. Logo no primeiro ano expulsou as tropas hispano-luso-brasileiras que estavam estacionadas no sul da capitania de Pernambuco para além do Rio São Francisco, além de conquistar São Jorge da Mina (1637), porto importante para a obtenção de escravos.

É notório que as penúrias alimentares, já ocorridas nos anos anteriores, ganhariam uma dimensão ainda maior com a tentativa de expansão da conquista empreendida por Nassau. Um exemplo foi a expedição destinada à Guiné em fins de 1637, composta por 800 homens e 400 marujos. A colônia não tinha condições de manter a tropa e foi enviada uma carta que informara aos Estados Gerais que não havia víveres suficientes nos armazéns do Recife e que seria necessário além dos poucos víveres contidos na cidade, um auxílio vindo da Europa.³⁹

Feita essa exigência de expansão pela WIC. Nassau Tinha a necessidade de fazer uma política de abastecimento para o envio às outras possessões, dentro ou fora do Brasil. Como atesta o Frei Calado:

Tinham os holandeses necessidade de fazer armazém de farinha, porque tinham notícias de que vinha uma armada nossa do Reino e queriam estar aparelhados e juntamente mandar farinha para sustentação de seus soldados que tinham em Angola, na Mina e em São Tomé.⁴⁰

O argumento do Frei vai ao encontro do Wätjen, pois segundo o historiador, para o período da administração nassoviana, “a farinha não era exportada, pois toda a produção era consumida no país, sem nada restar”. Seria mesmo difícil a exportação deste gênero, dada a constância e volume das campanhas empreendidas pela WIC em várias partes do Brasil e fora. Todavia, algumas fontes, como a do Frei Manoel Calado, nos dão indícios de que grande parte da política nassoviana de abastecimento era realizada com fins de envio para as outras conquistas.

A escassez do provimento armazenado no Recife, sendo comprometido pelas campanhas bélicas de 1637, também entravaria o projeto de assalto à Bahia. Pois, assim que aportou no Recife, Nassau já tinha intenções de prontamente atacar a capital do Brasil. Partiram, então, em

³⁹ MIRANDA, Bruno Romero Ferreira. **Gente de guerra**, p. 163.

⁴⁰ CALADO, Manuel. **O Valeroso Lucideno e triunfo da liberdade**, p. 315.

1638 com 2.400 soldados e 900 brasileiros (índios)⁴¹, após deixar os fortes do território já conquistado bem providos de soldados e de mantimentos. Porém, como de praxe, os armazéns do Recife foram esvaziados para a expedição ao sul.⁴² A tentativa, ademais, fracassou. Durante o assalto as tropas neerlandesas não conseguiram cercar a cidade a fim de impedir o abastecimento de víveres para as tropas estacionadas em Salvador. E pesou, enfim, a falta de planejamento militar na tentativa de assalto.⁴³

Somado a essa frustrada tentativa de invasão à Bahia, internamente, na capitania de Pernambuco houve a conspiração de 1638, um levante tímido, mas que prendeu alguns pró-homens luso-brasileiros, que serão ou soltos no ano seguinte ou enviados para os Países Baixos. Esse pequeno levante não trouxe grandes prejuízos para a Companhia, mas serviu de exemplo para os eventos futuros.⁴⁴

No ano seguinte, mais precisamente em março de 1639, aportou finalmente o reforço militar do Coronel Arcizewsky, com 1.200 soldados, em resposta a chegada da frota do Conde da Torre. Graças à interceptação de uma carta, Nassau teve acesso ao número de homens, que chegava a 5.000. Preocupado com a esquadra, Nassau escreve para os Estados Gerais: “o rei da Espanha começa a perceber que daqui podemos fazer-lhe muito mal, pois leva a peito agora os assuntos do Brasil”.⁴⁵ O argumento de Nassau expõe uma crítica do governador aos Estados Gerais que acreditavam a coroa de Castela não estava tão interessada na retomada do Brasil, devido as batalhas travadas com a França no continente europeu.

Tecendo críticas à situação na qual foram enviadas as tropas de Arcizesky, que “é preferível morrer no campo de batalha, de espada em punho, a perecer de fome”,⁴⁶ Nassau também denuncia a forma com que as tropas foram enviadas, sem víveres e com pouca capacidade de se manter nos momentos após a chegada. A situação ficara ainda mais incômoda para Nassau, se levado em consideração a situação no qual se encontravam as tropas vindas com o Conde Torre, que podiam se manter com víveres por um tempo de dois anos, segundo a carta interceptada.

É evidente que Nassau não dramatizara. A situação de abastecimento havia-se agravado enormemente, chegando em 8 outubro a afirmar em carta aos Estados Gerais: “morreremos

⁴¹ BARLÉU, Gaspar. **História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil**. BH / SP: Itatiaia/EDUSP, p 1974, p. 70.

⁴² PAPAVERO, Claude Guy. **Mantimentos e víveres: o domínio colonial holandês no Brasil**, p. 147.

⁴³ BARLÉU, Gaspar. **História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil**, p. 70.

⁴⁴ MELLO, Evaldo Cabral de. **Nassau: governador do Brasil holandês**. p. 83.

⁴⁵ Idem.

⁴⁶ Idem.

todos de fome”.⁴⁷ Adriaan van der Dussen, Alto Conselheiro Secreto da Companhia, afirma:

Quando fomos mandados para o Brasil para lá tomar parte no Alto Conselho, foi-nos encarregada a fixação de determinada pensão para cada espécie de empregado da Companhia. Para fazer face a essa despesa V. EX.^{as} resolveram enviar uma grande quantidade de víveres de toda espécie ao Brasil, onde seriam vendidos e com o dinheiro apurado pagas as pensões. Em obediência a isto fixamos as pensões de todos e não fizemos exceção para os próprios Altos Conselheiros; entretanto, V. EX.^{as} não mantiveram a remessa de vive.⁴⁸

Concomitantemente aos eventos citados, fora lançada uma medida de suma importância para a WIC: a instituição das fintas⁴⁹, no dia 14 de dezembro de 1637. Esta tinha por finalidade ampliar a parca produção local de alimentos, em parte dificultada pela monocultura da cana-de-açúcar. No período de Nassau, especificamente, as consequências foram ainda mais alarmantes, pois, com o advento do livre comércio, o nível populacional nos centros urbanos aumentou exponencialmente.⁵⁰

Vale lembrar que, além da falta de tropas e de material bélico, a insuficiência de comida era, para Nassau, um dos problemas centrais a serem enfrentados pela administração no Brasil. Prova disso, são as Cartas enviadas para os Estados Gerais em que o Conde pede que não fossem enviadas tropas, tão úteis para as conquistas nassovianas já mencionadas, caso estas não estivessem acompanhadas de víveres.⁵¹

Entretanto, vale destacar que transição entre a “guerra velha” e a nova administração de abastecimento imposta por Nassau viveu um período de transição, como aborda Rômulo Nascimento⁵². Assim, o início da produção sistematizada de farinha de mandioca não se deu de forma monolítica e sem entraves. Pelo contrário, suscitou numa relação tensa entre os administradores internos da WIC e a população local, como iremos abordar adiante.

⁴⁷ Ata Diária do Governo do Brasil de 8 de outubro de 1637. **Fundo José Hygino**, Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano.

⁴⁸ MELLO, José Antônio Gonsalves de. **Fontes para a História do Brasil Holandês**. 2. A administração da colônia, p. 176.

⁴⁹ A palavra finta advém do latim: *finita*. Que dá o sentido de limitar, delimitar, determinar ou fixar. Usualmente utilizada para quotizar valores e quantidades rígidos por meio de aditais outorgados pelo Estado vigente. RIOS, Dermival Ribeiro. **Minidicionário Escolar Língua Portuguesa**. São Paulo: DCL, 2009.

⁵⁰ MELLO, José Antônio Gonsalves de. **Tempo dos Flamengos**, p. 197.

⁵¹ Carta de Nassau aos Estados Gerais de 9 de julho de 1639, pp. 537-539.

⁵² NASCIMENTO, Rômulo Xavier do. **O desconforto da Governabilidade**, p.172.

Editada meses após a chegada do Maurício de Nassau-Siegen, em janeiro de 1637, a finta da mandioca foi outorgada em dezembro do mesmo ano. Os Conselheiros informaram à Câmara de Olinda que os habitantes da conquista provavelmente iriam cultivar poucas roças de mandioca, pois os senhores de engenho utilizavam e alugavam todos os seus negros para a plantação de cana de açúcar, podendo, nesse sentido, acentuar a crise alimentar. Prevendo uma grande fome, a Companhia se antecipou e lançou o primeiro edital da mandioca, conforme o trecho da *Dagelijkse Notulen*:

Os habitantes que possuem negros e lhes utilizam para a agricultura são obrigados a plantarem 200 covas⁵³ por ano para cada de negro, na primeira metade em janeiro, e a outra metade em agosto; e os infratores correm o risco de serem castigados. Desta maneira sempre haverá uma abundância de farinha no país, porque os engenhos que tem muitos negros consomem muita farinha, mas nunca plantam nenhuma. Isto foi aprovado e desse modo publicado.⁵⁴

Uma peculiaridade do sistema de cobrança de farinha de mandioca imposto por Nassau e o Alto Conselho é que a cobrança e a fiscalização eram incumbências da administração local civil e não dos militares. A natureza dessa administração civil se deu para Evaldo Cabral de Mello devido a certa calma da administração superior neerlandesa para implementar um corpo administrativo que permitisse a fiscalização nas freguesias sem as urgências de uma guerra imediata. Apesar disso, como iremos abordar, as tropas luso-brasileiras não davam tréguas aos holandeses e cruzavam constantemente as fronteiras do Brasil holandês, buscando atingir as plantações de cana-de-açúcar e roças de mandioca.⁵⁵

Um mês após ser outorgada a finta da mandioca é feito o primeiro relatório geral acerca do Brasil que o Conde e sua seleta burocracia de conselheiros assinam em 14 de janeiro de 1638, ao término do primeiro ano de administração nassoviana. Foi nomeado como “Breve discurso sobre o estado das quatro Capitanias conquistadas, de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande situadas na parte setentrional do Brasil”. Nele são mencionadas as novas diretrizes da administração para o abastecimento das tropas, e, conseqüentemente, de toda a população

⁵³ Termo utilizado para cada planta que fornece a raiz fécula da mandioca.

⁵⁴ Ata Diária do Governo do Brasil de 14 de dezembro de 1637. **Fundo José Hygino**, Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano.

⁵⁵ NASCIMENTO, Rômulo Xavier do. **O desconforto da Governabilidade**, p. 176,

residente no “Brasil holandês”. Nesse discurso também é enfatizada as diversas formas de penúrias passadas pelas tropas e população, assim como a necessidade de acelerar o fornecimento de farinha de mandioca para suprir a população residente nas zonas urbanas e as tropas sitiadas no meio rural.⁵⁶

Posteriormente ao lançamento da finta, foram enumeradas as quantidades de farinha de mandioca que deveriam ser entregues à Companhia em períodos predeterminados do ano. Inicialmente, os Escabinos de Olinda⁵⁷, nessa área de jurisdição, ficaram responsáveis pelo levantamento de produtores e pelo diálogo com eles. A avaliação que segue a data de 9 de fevereiro de 1639, notificou os seguintes distritos, com suas respectivas quantidades mensais esperadas: de Jaguaribe e Paratibe, 228 alqueires por mês; Muribeca, 380; Santo Antônio, 278; Várzea, 335. Foram levantados um total de 1.221 alqueires, que deveriam ser entregues de 14 em 14 dias, no local ordenado pelos escabinos. A Companhia pagaria 6 *schellingen*⁵⁸ por cada alqueire, sendo a contagem iniciada no dia 15 de fevereiro. O anúncio também se faria com editais espalhados por todas as freguesias para que os produtores e portadores de escravos estivessem cientes das diretrizes da Companhia. O Coronel Koin, em julho de 1637, contribuiu no mapeamento das zonas produtoras de farinha, relatando em especial as roças dos habitantes da freguesia de Sirinhaém, na parte sul da conquista. O militar levantou um total de 175.670 covas de 8 ou mais meses. Foi decidido, na ocasião, que todos os habitantes e produtores da freguesia deveriam juntos entregar à Companhia, em cerca de um mês, 3.200 alqueires de farinha.⁵⁹

Nota-se em 1639 uma grande escassez do provimento, que coincidiu com a chegada da frota espanhola encarregada de restaurar o domínio de Castela no Brasil. Prova disso foi a alegação de Adrien van der Dussen, de dezembro de 1639, de que na Capitania da Paraíba não era mais possível distribuir a ração de farinha de mandioca.⁶⁰ Van der Dussen alarmava, ainda, aos Estados Gerais que essa situação poderia gerar motins e deserções, culminando em um desastre financeiro e humano para a WIC. Além das queixas de Dussen, somam-se as feitas por Nassau,

⁵⁶ Breve discurso sobre o Estado das quatro capitanias conquistadas, In José Antônio Gonsalves de Mello, **Fontes para a História do Brasil holandês**. Vol. 1, 1981. p. 128.

⁵⁷ Dentre as medidas implementadas por Nassau, a instituição da Câmara dos Escabinos (shepenen), espécie de tribunal de primeira instância presente, inclusive, em várias partes da conquista, admitiu a participação de portugueses e holandeses numa mesma jurisdição. A área de atuação desta instância administrativa seria tanto o meio rural como o urbano. NASCIMENTO, Rômulo Xavier do. **O desconforto da Governabilidade: aspectos da administração no Brasil holandês (1630-1644)**, pp. 111-117.

⁵⁸ Moeda *neerlandesa*, equivalente a 6 stuivers, ou 0,30 florins.

⁵⁹ Ata Diária do Governo do Brasil de 22 de julho de 1637. **Fundo José Hygino**, Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano.

⁶⁰ MELLO, José Antônio Gonsalves de. **Fontes para a História do Brasil Holandês**. 2. A administração da colônia, p. 207.

que também requisitou aos Estados Gerais víveres. Segundo o governador, havia na conquista uma “falta absoluta” de alimentos.⁶¹ A situação só veio a “normalizar-se” com a chegada de víveres nos primeiros meses de 1640.

Em decorrência dessa grande fome em 1639, mudanças foram implementadas ao edital da finta da mandioca e, dessa forma, a Companhia reviu sua política de cobrança de covas de mandioca por escravos. Inicialmente, no edital de dezembro de 1637, se falou da obrigação dos senhores em produzir uma quantia de 200 covas de mandioca por escravizado. A primeira remessa seria entregue em janeiro e a segunda em agosto. No entanto, prevendo que tal quantidade não fosse suficiente para suprir a gente da Companhia e os próprios civis, a WIC propôs um aumento de 200 covas para 500. A entrega seguia a mesma lógica do primeiro edital. Metade seria entregue em janeiro e a outra remessa em agosto e setembro, porém, com uma importante modificação:

Os outros habitantes que não são senhores de engenhos, nem lavradores de canaviais, deverão plantar 1.000 covas de mandioca para cada negro ou negra. Em seguinte que cada um que estiver em falta deverá lembrar do juramento que fizeram para o país e lembrá-los que não estão mostrando dedicação ao nosso Estado.⁶²

As punições para os habitantes que não atendessem ao edital eram severas. Os que não estivessem mostrando dedicação para com a Companhia poderiam ser expulsos do país ou, caso fossem holandeses, deveriam pagar uma multa equivalente a um *schelling* para cada cova de mandioca não entregue. Caso o problema persistisse, os negros que não produziram seriam confiscados pela Companhia.⁶³

Após a promulgação do novo edital, todos os habitantes holandeses, alemães, franceses e ingleses da colônia foram registrados cada um em seu distrito. Foi montado também um novo corpo administrativo para a realização da cobrança da finta. Na ocasião, decidiram contratar oficiais para este fim. Era gente da milícia: Gaspar Niehoff Van Der Ley, coronel da cavalaria; Jan Stick, tenente-coronel; Frederick Molting, sargento-major; Jan Wijnants, capitão da cavalaria.

⁶¹ MIRANDA, Bruno Romero Ferreira. **Gente de guerra**, p. 164.

⁶² Ata Diária do Governo do Brasil de 22 de julho de 1637. **Fundo José Hygino**, Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano.

⁶³ Idem.

Todos esses indivíduos tinham função de fiscalizar e controlar as remessas impostas pela finta da mandioca e punir que fracassasse em atender as demandas.⁶⁴

Em agosto de 1639, os Escabinos de Olinda e distritos enviaram uma lista onde estava descrita a quantidade de farinha que as seguintes freguesias poderiam fornecer a Companhia. Seriam obtidos na Muribeca 876 alqueires; em Santo Amaro 829 e em Paratibe e Jaguaribe 85; na Várzea 253 e em Beberibe, 76. Observa-se que as quantidades anotadas nesse período são até mais reduzidas do que as esperadas em fevereiro do mesmo ano, o que não agradou a um queixoso Conselho:

Nós compartilhamos a opinião de que isto é pouco demais, pouco demais porque nós estamos percebendo que eles só nos dão uma quarta parte do que eles podem produzir e as novas covas estão sendo plantadas em grandes quantidades. Assim foi decidido que eles deverão duplicar sua proposta.⁶⁵

O argumento mostra que as justificativas dos senhores já eram interpretadas pela Companhia como fraudulentas e resistência à imposição da plantação de mandioca, mesmo com as reduções aplicadas.

Levantamentos de produção como os apontados acima nem sempre foram feitos com o consentimento de produtores e moradores, que por sua vez, em muitas ocasiões, não respeitavam as diretrizes do edital, não compareciam às reuniões para a declaração de suas roças. Como exemplo, temos a declaração do escabino de Ipojuca, Samuel Halters: sua visita àquela freguesia foi infrutífera, pois os habitantes não haviam contribuído.⁶⁶

É válido ainda afirmar que as finanças da Companhia andavam muito mal e o numerário era cada vez mais escasso na Conquista. No que tange ao tema em questão, a WIC procurou sanar o problema pagando os produtores de farinha com cartas de crédito, ficando o Alto Conselho responsável pelo futuro pagamento. Tais cartas, ou vales, também serviam para amortizar dívidas de senhores de engenho e poderiam ser trocadas por outros produtos disponíveis nos armazéns da Companhia. Atitude semelhante foi tomada no mesmo período em

⁶⁴ Ata Diária do Governo do Brasil de 25 de julho de 1639. **Fundo José Hygino**, Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano.

⁶⁵ Ata Diária do Governo do Brasil de 23 de agosto de 1639. **Fundo José Hygino**, Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano.

⁶⁶ Ata Diária do Governo do Brasil de 12 de agosto de 1639. **Fundo José Hygino**, Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano.

relação à soldadesca e ao oficialato, que com a ausência de numerário pagava fornecedores com “cartinhas” que seriam descontadas posteriormente com a Companhia.⁶⁷

Resistências aos editais da mandioca foram recorrentes durante todo o período da finta. Já com a saída dos primeiros editais, os habitantes da Várzea, onde se concentrava o maior número de engenhos, alegaram, supostamente de forma falaciosa, que suas terras só serviam para a cana de açúcar e por isso requeriam ser poupados da cobrança. No entanto, a Companhia recusou o pedido dos moradores e os instruiu a comprar o excedente de outros produtores caso não conseguissem atender às expectativas da finta.⁶⁸

Essa inflexibilidade inicial da Companhia, com severas multas aos que não entregassem a quantia estipulada pela finta, levou a várias reclamações dos produtores. Ademais, nesse período, o açúcar estava em queda de preço no mercado europeu, o que levava os senhores de engenho a aumentar de forma exponencial a sua produção de açúcar a fim de manter sua margem de lucro. Enxergando dessa forma, a finta da mandioca seria um obstáculo a consecução de seus objetivos.

Pouco tempo depois da publicação do edital de 1639, o escabino Gaspar Dias Ferreira protestou mais uma vez à Companhia. Dessa vez, ele o fez de forma mais categórica e representando todos os escabinos de Olinda, em sua maioria senhores de engenho, o que dificultava a própria fiscalização. Ferreira alegou ao Conselho Político que era praticamente impossível para os habitantes da Várzea, Muribeca, Santo Amaro e Cabo de Santo Agostinho prover a farinha fintada, justificando que a mandioca velha fora consumida e que as novas roças tinham acabado de ser plantadas. Para poder produzir a quantidade necessária para a finta, eles seriam obrigados a colher as mudas novas e não amadurecidas, o que causaria um grande dano alimentício na freguesia. Gaspar pedia em nome dos escabinos de Olinda para que o Conselho esperasse de dois a três meses, até que as roças estivessem crescidas. Renderiam, dizia ele, três vezes mais do que agora. Após uma análise meticulosa dos termos colocados pelos escabinos, a Companhia mudou de postura em relação as primeiras reclamações dos produtores e decidiu levar em consideração, diminuindo a farinha fintada supracitada pelo escabino.⁶⁹

Outras reclamações de teor semelhante foram notificadas pelos escabinos do Rio Grande. Eles escreveram primeiramente para dizer que suas terras eram secas demais para se colher as roças nos meses de agosto e de setembro. A Companhia concedeu que fosse entregue toda a

⁶⁷ Sobre o assunto, cf. MIRANDA, Bruno Romero Ferreira. *Op. Cit.*, especificamente o capítulo 3.

⁶⁸ Ata Diária do Governo do Brasil de 9 de fevereiro de 1639. **Fundo José Hygino**, Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano.

⁶⁹ Ata Diária do Governo do Brasil de 12 de abril de 1639. **Fundo José Hygino**, Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano.

quantidade estipulada em janeiro. Tal medida poderia ter sido benéfica para a Companhia, já que devido as monções de verão (que trás o vento do Nordeste) empurram as águas para o sul, ficando dificultada a navegação para o Rio Grande durante os meses de setembro-outubro-novembro, e normalizava-se a partir do mês de dezembro.⁷⁰ Posteriormente, alegaram que o engenho Cunhaú não podia plantar roças de mandioca, pois se os negros fossem desviados do plantio do açúcar, a produção seria prejudicada. O prejuízo não seria apenas do proprietário, alegavam, mas também da própria Companhia, que visando o pagamento das dívidas do produtor do engenho, acatou os seus pedidos.⁷¹

Segundo o relato de Manoel Calado, contribuía também para as reclamações dos moradores as práticas, fraudulentas, segundo o frei, dos Escoltetos. Encarregados de realizar a cobrança da finta da mandioca, exigiam aos moradores, já fintados, o ônus de “consertar” os caminhos de terra utilizados pelos Escoltetos para fazer a cobrança.⁷² Além disso, longe da fiscalização dos cabeças do governo da Companhia, os Escoltetos aproveitavam-se da cobrança da finta para obter vantagens pessoais, não repassando aos “diretores” o que de fato tinham fintado aos moradores.⁷³

Na Capitania de Itamaracá, o diretor Pieter Mortamer relatara que fez levantamento produtivo em julho de 1639, inclusive inventariando número de escravos, habitantes e de roças plantadas. Estipulava ele a produção de 20 mil alqueires de farinha de mandioca no ano. Mas foi enfático em dizer que, se os moradores fornecessem tal número, haveria grande fome, pois não poderiam produzir para eles mesmos. O Alto e Secreto Conselho, prevendo o problema, preferiu aliviar na cobrança, reduzindo para 2 mil alqueires. Foram levadas em consideração também as queixas dos senhores, que alegavam estar ocupados, em agosto e setembro, com a moagem nos engenhos e com o corte de madeira que alimentava as fornalhas. Os números exigidos mais uma vez foram reduzidos, pois queriam evitar a todo custo atritos com os senhores de engenhos e ao

⁷⁰ LAET, JD. **História ou annais dos feitos da Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais**, p. 110.

⁷¹ Ata Diária do Governo do Brasil de 3 de setembro de 1639. **Fundo José Hygino**, Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano.

⁷² A construção e reforma dos caminhos e pontes que iriam ser percorridos pelos escoltetos ficava a cargo dos escabinos de cada freguesia fintada, como podemos deduzir da discussão entre o Alto Conselheiro Adrian van Bullestrate e o escabino Gabriel Soares. Ambos debatiam a respeito de quem arcaria com os custos de construção de caminhos e pontes. Por fim, sugeriu-se que as câmaras e seus oficiais seriam os responsáveis por arrecadar os dinheiros para tais empreitadas. A questão gerou um impasse que seria discutido na Assembleia de 1640. Na ocasião, os escabinos e os deputados pediram um levantamento preciso sobre cada contribuição financeira que devia ser feita pelas freguesias. “Notas do que se passou na minha viagem desde 15 de dezembro de 1641 até 24 de janeiro do ano seguinte de 1642, por A. van Bullestrate”, **Fontes para a História do Brasil Holandês**, vol. II, p. 175.

⁷³ É necessário argumentar que Calado objetivava, quando narrando sobre abusos dos escoltetos, apontar como a administração neerlandesa extorquia os moradores com cobranças abusivas que acabavam prejudicando até mesmo a produção de cana-de-açúcar. Tais atitudes resultariam, anos depois, na insurreição contra a Companhia. CALADO, Manuel. **O Valeroso Lucideno e triunfo da liberdade**, p. 173

mesmo tempo conservar a produção de açúcar nas áreas. Nota-se, ao longo da documentação, que a Companhia sempre estava de ouvidos atentos às reclamações dos senhores de engenho.⁷⁴

Como uma tendência, vemos que, sempre depois do lançamento dos editais, havia uma relativa flexibilidade nas quantidades de farinha de mandioca exigidas. Tal mudança deve-se, sobremaneira, aos pedidos dos senhores de engenhos. Aparentemente, foram analisados seus argumentos de acordo com a capacidade de seu solo, suas dívidas e a insegurança do local de produção. Por fim, pesava uma melhor relação entre a Companhia e os produtores, como atesta uma ata de setembro de 1639:

Os escabinos de Olinda queixaram-se anteontem e os escabinos de Igarassu queixaram-se hoje de que o imposto sobre os 20 alqueires para cada cova a ser entregue ficou muito pesado para os lavradores, e que não é possível de se fornecer tanto sem que os habitantes morressem de fome. Assim, foi decidido que eles serão encarregados de indicar, a partir da fertilidade do solo, quanta farinha eles pensam que podem produzir por alqueire. Uma vez que isto foi feito, todos os lavradores de roças serão obrigados a fintar a metade da farinha em que foram estimados a produzir em suas roças e fornecê-la a Companhia.⁷⁵

Em 1640, o progressivo aumento das dívidas dos proprietários de engenho, as cobranças severas e a manutenção da obrigatoriedade das fintas, culminaram com o levante dos moradores. Também foram impulsionados pelos rumores da Restauração Portuguesa e do envio da frota do Conde da Torre para libertar o Brasil. Já em janeiro do mesmo ano os moradores enviaram uma carta ao Alto Secreto Conselho, criticando a sua situação financeira e relatando as penúrias causadas pela cobrança das fintas.⁷⁶

Devido a esse grande impasse com os moradores, Nassau propôs uma Assembleia em 1640. Segundo Gonsalves de Mello, a ideia da assembleia não partiu exclusivamente de Nassau. Pouco antes, Auguste Quelen, de retorno à metrópole, lançara a proposta da criação de um congresso anual de senhores de engenho, lavradores, comerciantes e outros homens pró-Companhia, no qual serviriam para avaliar as propostas e petições prescritas. A assembleia teve

⁷⁴ Ata Diária do Governo do Brasil de 26 de julho de 1639. **Fundo José Hygino**, Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano.

⁷⁵ Ata Diária do Governo do Brasil de 10 de setembro de 1639. **Fundo José Hygino**, Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano.

⁷⁶ Ata Diária do Governo do Brasil de 10 de janeiro de 1640. **Fundo José Hygino**, Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano.

lugar no Recife, de 27 de agosto a 4 de setembro de 1640, dela participando 56 luso-brasileiros, dos quais 19 senhores de engenhos e 13 lavradores. Durante esse tempo foram avaliados temas em diversos setores, entre eles as queixas que causaram atritos pela administração e seu corpo de funcionários, dentre as várias reclamações apresentadas foi levantada pelos moradores a questão do provisionamento do exército em víveres, devido à incapacidade da colônia de alimentá-los e a toda população. Obviamente o argumento é levantado devido à resistência à obrigatoriedade proposto nos editais.

Apesar da resistência da população, a política das fintas foi renovada e ampliada, sendo organizado um novo corpo burocrático para realizar expedições na zona rural e aprimorar as cobranças ano-a-ano. Os tão odiados escoltetos continuavam a participar do recenseamento das roças e cobranças.⁷⁷ Além disso, essa produção não vinha gerando lucro algum, devido à permanência da ausência de pagamento das “cartas” contratadas pela Companhia, como expõe uma das Atas Diárias do primeiro semestre do mesmo ano:

Referente às queixas dos habitantes da freguesia de Muribeca, a saber, que suas cartas de farinha (*farinhabriefjes*) não estavam sendo pagas pelo *Commis* [comissários], de acordo com as ordens do Nobres Senhores, e a necessidade de se construir um armazém ali, os Nobres Senhores decidiram ir à Muribeca pessoalmente para também visitar e olhar a situação desta região e observar, que tipo de ordem está sendo mantida pelo *Commis* para a realização do pagamento da farinha e a venda de víveres.⁷⁸

Em 1641, mais uma missiva foi elaborada pelos escabinos Samuel Halters, Gaspar Dias Ferreira e Willem Doncker, representantes do colégio de eleitores. O conteúdo da carta é basicamente o mesmo, isto é, relatar aos membros do Alto e Secreto Conselho as dificuldades financeiras dos senhores de engenho e a crescente quantidade de novas obrigações dadas aos produtores, referindo-se, nesse caso, à obrigatoriedade de produzir alimentos para a WIC. Em ata do Alto e Secreto Conselho de julho de 1641, comenta-se o conteúdo da carta dos escabinos, que propunham “que todo mundo pudesse ser liberado para plantar a quantidade de farinha de

⁷⁷ Ata Diária do Governo do Brasil de 16 de maio de 1641. **Fundo José Hygino**, Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano.

⁷⁸ Ata Diária do Governo do Brasil de 15 de abril de 1641. **Fundo José Hygino**, Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano. Sobre os pagamentos à crédito, cf. MIRANDA, Bruno Romero Ferreira. *Op. Cit.*, Cap. 3.

acordo com sua situação, sem que fosse punido pelo fato de ter plantado menos do que lhe foi ordenado”. Para o Alto e Secreto Conselho, esse era um tema de grandes divergências com os senhores de engenho. Todavia, a questão da alimentação das tropas e da população, de acordo com o discurso do Conselho, era algo prioritário para a Companhia e não se poderia abrir mão dos editais.⁷⁹

É nesse contexto que a administração trata de buscar alternativas de suprir as deficiências alimentares. Os membros do Alto e Secreto Conselho não acreditavam que houvesse outro remédio para tal carestia senão a diligente cultura das terras em Alagoas.⁸⁰ É válido ressaltar que no primeiro enfretamento bélico travado por Nassau contra o Conde Bagnuolo, em 1637, ele, no encalço de seu inimigo, viajou pelo Sul da então Capitania de Pernambuco, desembarcando em Barra Grande. Nesse percurso, desceu por Jaraguá (Maceió) onde cavalgou por toda a área meridional de Alagoas. Nassau viu a vasta área especializada na produção de víveres para os engenhos de açúcar de Pernambuco.⁸¹ Essa experiência provavelmente foi culminante nas decisões do Alto e Secreto Conselho – no qual ele tinha assento e influência – em projetar uma nova saída para as penúrias alimentares, que era empreender uma nova colonização das Alagoas. Em 1642, o Alto e Secreto Conselho promulgou a exclusividade dos neerlandeses na colonização das Alagoas, plano, diga-se de passagem, não implementado pela falta de colonos. Apenas alguns ex-soldados seguiram para o campo.⁸²

A abundância vista por Nassau não pode ser pensada como uma situação rotineira nas Alagoas. A região, após a expulsão dos portugueses para o outro lado do São Francisco, foi alvo de uma massiva busca de farinha por parte da WIC. Dois anos depois de Nassau percorrer a área, faltava farinha. Por isso os senhores do Alto e Secreto Conselho ficaram surpresos quando o Major Mansvelt, estacionado nas Alagoas, e o Diretor Bas, de Porto Calvo, lamentaram não poder fornecer farinha de mandioca para enviar às guarnições do Recife, em 1639. Os conselheiros, como usualmente faziam, suspeitaram de fraude e enviaram escabinos para avaliar o caso.⁸³

⁷⁹ Ata Diária do Governo do Brasil de 7 de julho de 1641. **Fundo José Hygino**, Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano.

⁸⁰ MELLO, José Antônio Gonsalves de. **Fontes para a História do Brasil Holandês**. 2. A Administração da Colônia, p. 113.

⁸¹ MELLO, Evaldo Cabral de. **Nassau**, p. 58.

⁸² MELLO, José Antônio Gonsalves de. **Fontes para a História do Brasil Holandês**. 2. A Administração da Colônia, p. 117. A informação sobre o fracasso do plano e o uso de soldados me foi dada pelo orientador dessa pesquisa, Bruno Romero Ferreira Miranda.

⁸³ Ata Diária do Governo do Brasil de 9 de novembro de 1639. **Fundo José Hygino**, Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano.

Anos depois, Nassau retoma o plano de colonização para fins de produção de alimentos. Ele foi pessoalmente com o neerlandês Peter van Hagen avaliar as zonas capazes de produzir víveres. Ele exporia a visita aos Senhores XIX numa Carta Geral (*Generale Missive*) datada de agosto de 1643. Ainda sobre a missiva, lê-se:

S. Ex.as, tendo refletido nessa questão e inquieto com a demora na remessa de socorros e temendo que agora ou no futuro todo este Estado possa estar ameaçado, pois que, não obstante os nossos editais publicados acerca da plantação de mandioca, a farinha continua por um alto preço [por conta da pequena oferta], [se] propôs em nossa reunião de 28 de julho o povoamento das Alagoas, sustentando ser este o único remédio para evitar a fome neste país, pois os portugueses informaram que, antigamente, enquanto as Alagoas estiveram despovoadas, o Brasil nunca pôde se abastecer a si mesmo, sendo necessário que os víveres viessem de Portugal, do Rio de Janeiro e de outros lugares longínquos.⁸⁴

Nassau acrescentou ainda que para o estudo *in loco* na capitania seriam designados o ex-advogado fiscal Hendrick de Moucheron, que fora nomeado Diretor Alagoas, Porto Calvo e Rio São Francisco, e o relator Johannes van Walbeek, que assinavam as cartas-relatórios (*Generale Missive*) abaixo de Nassau e Alto Conselheiros. Walbeek era um experiente conhecedor do Brasil, pois aqui chegou em 1630. É também de sua autoria um mapa dos fortes e defesas dos portugueses em torno do Recife (1632). Realizou diversas viagens no Brasil.⁸⁵

O relatório sobre a situação das Alagoas em outubro de 1643, apresentado pelo assessor Johannes van Walbeek e por Hendrick de Moucheron, diretor do mesmo distrito e dos distritos vizinhos, contém informações precisas sobre a topografia e as divisões administrativas utilizadas pelos portugueses. O texto teria sido encomendado com objetivo nortear a ocupação da área para a produção de alimentos, e o tom da *missive* não poderia ser diferente, com referências constantes sobre a topografia e as condições demográficas da capitania, já que devido à guerra Alagoas se transformou em uma zona de litígio entre as tropas, sendo útil apenas para o saque, o que gerou a fuga de muitos senhores de engenho e lavradores, como expõe o trecho:

⁸⁴ ARA, OWIC 57, **Generale Missive** do Recife 31 de agosto de 1643.

⁸⁵ MELLO, José Antônio Gonsalves de. **Fontes para a História do Brasil Holandês**. 2. A Administração da Colônia, p. 117.

Toda essa parte setentrional da lagoa atualmente não é povoada. Está inteiramente inculta e deserta, porquanto os poucos moradores que ali ficaram depois da guerra se transportaram para a parte do sul, onde fizeram assento, e se acham mais seguros contra os negros dos Palmares, porque aí permanece a nossa guarnição.⁸⁶

Ao longo da carta os relatores comentam sobre vários locais potenciais para plantações de mandioca, como as terras situadas ao lado sudoeste da lagoa do sul, a Ilha de Masangueira, que já era habitada por Manuel de Caldas, que tinha pastos que chegavam a 300 reses. Além de produzir mandioca, a Ilha do Porto ou Ilha do Porco também era propícia para o cultivo da mandioca. As terras do oriente da Ilha da Misericórdia situadas entre o Porto Francês e a Barra, que já eram ocupadas por Antônio Castro, estabelecido nelas em 1641, tinham uma tímida criação de gado vacum e uma plantação de mandioca considerável. Os enviados finalizam seu texto apontando as diversas vantagens da capitania, ou seja, a grande produção de farinha de mandioca, que culminaria na queda dos preços no Recife, a boa localização, a grande piscosidade, a fácil navegação e uma densa lista de luso-brasileiros residentes, essenciais para a manutenção do cultivo.⁸⁷

Todavia, o projeto de ocupação massiva da área das Alagoas nunca saiu do papel efetivamente. O problema se agravou ainda mais com a nomeação de Antônio Teles da Silva para governador-geral do Brasil, escolhido a dedo por D. João IV para fomentar a insurreição. Teles da Silva não tardaria em cortar as vendas de farinha de Salvador para o Recife.⁸⁸ Dessa forma, os conflitos com os senhores de engenho por conta da obrigatoriedade da produção de farinha acentuaram-se nas principais zonas produtoras. Isso foi evidenciado em uma das últimas cartas escritas por Nassau, em 1644, que foi anexada às Atas Diárias do Alto e Secreto Conselho. Nela, ele faz um relato sobre a importância da permanência da política da finta para a manutenção no território. Porém, pela primeira vez, ele tira essa obrigatoriedade dos senhores de engenho. O relato é feito em um tom demasiado conciliador. Antevia, provavelmente, o que poderia ocorrer se as cobranças continuassem a ser feitas à nobreza da terra.⁸⁹

⁸⁶ Ibidem, p. 126

⁸⁷ Ibidem, pp. 137-143.

⁸⁸ MELLO, Evaldo Cabral de. **Nassau**. p. 188.

⁸⁹ Ata Diária do Governo do Brasil de 4 de fevereiro de 1644. **Fundo José Hygino**, Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano: “Se deveria fazer a avaliação e a divisão pelo tamanho das terras ou pelo número de negros que cada um possui. Também o quanto deve se levar em consideração o tamanho ou qualidade da terra. Ainda a questão se as várzeas, que geralmente estão ocupadas por engenhos e campos de cana, não deveriam

Pouco tempo depois da partida de Nassau, eclodiu a insurreição dos moradores. Não tardou muito tempo para que a WIC perdesse grande parte de seu território para as tropas portuguesas e o problema de obtenção de farinha ficasse ainda mais grave. Os preços chegaram a valores nunca antes visto. Segundo Joan Nieuhof, depois que a guerra foi deflagrada, abertamente o preço da farinha subiu para até 11 florins por alqueire, lembrando que o salário de um soldado era em média oito florins. No entanto, o Alto Governo, que substituiu Nassau, ordenou que todos os que estivessem na posse de escravos plantassem mandioca. Nieuhof comenta que a medida fez o preço do alqueire de mandioca reduzir. Todavia é difícil comprovar a informação, já que durante o período de guerra foram poucos os senhores de engenho que continuaram a produzir a farinha finta. É nesse cenário inicial em que se perde praticamente todo o território conquistado durante a expansão nassoviana, se tornando, dessa forma, impossível qualquer forma de sistematização de abastecimento interno mais amplo, como assim se propunha a finta da mandioca.⁹⁰

Colocando em perspectiva as dificuldades da Companhia em reorganizar a produção de açúcar durante o período de conquista e a insegurança do interior brasileiro (que tanto travou a produção de farinha de mandioca, como de açúcar), compreende-se que as recorrentes cobranças da Companhia por meio das fintas aos produtores e as suas sucessivas resistências, acabaram por ampliar, como apontam muitos autores, o antagonismo entre invasores e moradores. É fator relevante na porvindoura Insurreição Pernambucana. Foi, certamente, mais um elemento de desgaste, ainda que necessário para resolver um problema crônico da conquista: a falta de comida. Temos elementos suficientes para atestar que a medida fracassou, mas não deve ser pensada sem o contexto de violência, acima exposto, e sem levar em conta a resistência dos senhores de engenho às intrusões do invasor em seus negócios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme o que foi exposto nas páginas anteriores, fica nítida a tentativa da Companhia em obter localmente, principalmente ao longo desses 7 anos em que nossa discussão foi

ser liberadas da obrigação de plantar farinha (grifo próprio), e se os moradores da mata ao contrário, não deveriam ser cobrados de plantar mais farinha, porque senão os engenhos não terão cana suficiente para moer”.

⁹⁰ NIEUHOF, Joan, **Memorável Viagem Marítima e terrestre ao Brasil**; traduzido do inglês por Moarcir N. Vascolancelos; confrontos com a edição holandesa de 1682, introdução, notas, crítica bibliográfica e bibliografia por José Honório Rodrigues – Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1981, p. 326.

focalizada, alimentos para as suas tropas e população. A expectativa administrativa, como o artigo expõe, era essencialmente para que ela diminuísse seus imensos custos operacionais, repassando o provimento de víveres aos moradores da conquista. Como foi discutido, tal empreitada não foi, no geral, bem-sucedida por diversos fatores. Clima às vezes adverso, cultura produtiva apegada à monocultura da cana-de-açúcar, queda no preço do açúcar no mercado internacional, guerra, fatores religiosos, destruição do setor produtivo, dívidas exorbitantes dos produtores, já que muitos eram senhores de engenho. Inflexibilidade dos cobradores das fintas taxadas pela Companhia e inchaço populacional estão também entre alguns dos entraves ao colossal trabalho de tornar o Brasil autossuficiente, algo que não seria visto em toda a América portuguesa daqueles anos. A experiência das fintas da mandioca aqui relatadas, em especial, nos mostra como a Companhia, a partir da tentativa de uma nova forma de administrar – que não é exclusiva do período nassoviano –, buscou sistematizar a produção de alimentos. Seria algo fundamental para a manutenção da conquista neerlandesa. É evidente que as medidas não foram de todo bem-sucedidas, já que tais medidas muitos tiveram entraves e trouxeram desgastes para a administração da Companhia com os senhores de engenho e a população produtora de mandioca. Porém, a discussão aqui travada se faz necessária para a compressão da própria permanência da gente do norte, bem como da maneira com que buscou administrar a efêmera conquista. Principalmente tendo-se em vista que, como exposto, grande parte dos trabalhos realizados sobre a administração da conquista não tocam nos esforços políticos para a resolução dos problemas alimentares.

Sendo assim, o insucesso dos objetivos da Companhia das Índias Ocidentais na condução do processo de ocupação, expansão e domínio do Norte do Brasil pode ser analisados por diversos aspectos, sejam eles socioeconômicos, culturais, problemas com adaptação ou com o processo logístico. Todas as análises são possíveis, tendo em vista que o evento histórico se dá por diversas causas. E no nosso ofício de historiador tentamos trazer, levando-se em consideração as limitações do formato apresentado, um pouco desses diversos aspectos que a História nos possibilita.

Dessa maneira, buscamos no artigo trazer algumas discussões sobre as políticas formuladas pela WIC no que concerne a sistematização da produção de alimentos e seu abastecimento, trazendo um pouco dos bastidores da implementação das fintas da mandioca, assim como a aplicação dessas medidas. É evidente que essa análise requer um estudo mais pormenorizado das políticas implementadas por João Maurício de Nassau-Siegen. Embora o período de seu governo tenha sido muito explorado em grande parte dos clássicos da

historiografia, nenhum destes deu a devida importância às medidas tomadas para sanar as dificuldades em prover as tropas, inclusive no que se refere as próprias fintas.

Dada essa lacuna historiográfica, se faz necessário um olhar mais atento a essas políticas, que de certa maneira nos servem também como exemplos de forma de administrar um território que já tinha uma dinâmica própria, sob a égide portuguesa. O lado luso igualmente necessita de um debate mais aprofundado sobre a questão da produção de víveres durante as chamadas guerras holandesas.

Muito presente nas fontes, as fintas têm um papel fundamental, como todo o trabalho busca responder, na administração neerlandesa, e de certa maneira, nos ajuda a contar a própria História do Brasil holandês por um viés pouco explorado e que toca a própria História política, administrativa e militar. Apesar da ampla historiografia produzida sobre o Brasil holandês, esperamos, com esse estudo, ter contribuído para lançar mais luz a um dos temas pouco explorados por ela e levantar questões que possam ser discutidas em trabalhos futuros, seja pelo viés da Companhia das Índias Ocidentais, ou analisando como essas medidas foram tomadas pelos lusos.

REFERÊNCIAS

BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, Manuel Correia de. **A pecuária e a Produção de alimentos no Período Colonial**. In: SZMRECSÁNYI, Tamás (org.). História Econômica do Brasil Colonial. São Paulo: Edusp, 2002

BOXER, Charles Ralph. **Os holandeses no Brasil: 1624-1654**. Tradução de Olivério M. de Oliveira Pinto. Recife: CEPE, 2004.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Geografia do Brasil Holandês**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1956.

EBBEN, M. A. **A República das Sete Províncias até aproximadamente 1650**. In: WIESEBRON, M. L. (Ed.) Maurítiana – O Brasil em arquivos neerlandeses (1624-1654), vol. 1. Leiden: CNWS, 2004.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. [1959] São Paulo: Companhia Editora

Nacional, 2005.

HEIJER, Henk den. **Diretores, Stadhouderes e Conselhos de Administração** (A administração da Companhia das Índias Ocidentais Neerlandesas na República das Províncias Unidas e no Brasil). In: WIESEBRON, Marianne L. (Ed.). O Brasil em arquivos neerlandeses (1624-1654). Volume 2. Leiden: CNWS, 2005.

LINHARES, Maria Yedda. **História do Abastecimento: uma problemática em questão** (1530-1918). Brasília: Binagri Edições, 1979.

MELLO, Evaldo Cabral de. **Nassau: governador do Brasil holandês**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

MELLO, Evaldo Cabral de. **O bagaço da cana**. São Paulo: Penguin, 2012.

MELLO, Evaldo Cabral de. **Olinda Restaurada: Guerra do açúcar no Nordeste (1630-1654)**. 1ª Ed. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1975.

MELLO, Evaldo Cabral de. **Olinda Restaurada. Guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. **Tempo dos Flamengos**. Influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil. [1947] Recife: Topbooks, 2001.

MIRANDA, Bruno Romero Ferreira. **Gente de guerra**. Origem, cotidiano e resistência dos soldados do exército da Companhia das Índias Ocidentais no Brasil (1630-1654). Recife: Editora da UFPE, 2014.

NASCIMENTO, Rômulo Luiz Xavier. **“Pelo Lucro da Companhia”**: Aspectos da Administração no Brasil holandês, 1630-1639. Recife: Dissertação de mestrado da Universidade de Pernambuco, 2004.

NASCIMENTO, Rômulo Luiz Xavier. **O desconforto da Governabilidade**: aspectos da administração no Brasil holandês (1630-1644). Rio de Janeiro: Tese de Doutorado da Universidade Federal Fluminense, 2008.

PAPAVERO, Claude Guy. **Mantimentos e víveres**: o domínio colonial holandês no Brasil. São Paulo: Dissertação de mestrado da Universidade de São Paulo, 2002.

PRADO Jr., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**: colônia. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

RIOS, Dermival Ribeiro. **Minidicionário Escolar Língua Portuguesa**. São Paulo: DCL, 2009.

WÄTJEN, Hermann. **O Domínio Colonial Holandês no Brasil**. Um capítulo da história colonial do século XVII. [1921] Recife: Companhia Editora de Pernambuco -CEPE, 2004.

IMPRESSAS & MANUSCRITAS

Atas Diárias do Alto e Secreto Conselho do Brasil (1635-1654). **Fundo Documental José Hygino**. Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano.

BARLÉU, Gaspar, 1584-1648. **História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil**. Traduzido e anotado por Cláudio Brandão. São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1974.

CALADO, Manuel. **O Valeroso Lucideno e triunfo da liberdade**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1987.

Cartas Nassovianas. Correspondência do Conde João Maurício de Nassau, Governador do Brasil Holandez, com os Estados Gerais (1637-1646). In: **Revista do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano**. Recife, Vol. X, 1902.

Cartas Nassovianas. Correspondência do Conde João Maurício de Nassau, Governador do Brasil Holandez, com os Estados Gerais (1637- 1646). In: **Revista do Instituto Archeologico e**

Geographico Pernambucano. Recife, Vol. XII, 68, 1906.

Documentos Holandeses. Documentos coletados por Joaquim Caetano da Silva e traduzidos por Abgar Renault. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação do Ministério da Educação e Saúde, 1945.

LAET, J. **História ou annais dos feitos da Companhia Privilegiada das Indias Ocidentais.** 2 vol., Trad. de José Hygino Duarte Pereira e Pedro Souto Maior. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1916.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. **Fontes para a História do Brasil Holandês. 1.** A Economia Açucareira. Recife: MinC / SPHAN, Fundação Nacional Pró-Memória, 1981.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. **Fontes para a História do Brasil Holandês. 2.** A administração da colônia. Recife: MinC / SPHAN, Fundação Nacional Pró-Memória, 1981.

NIEUHOF, Joan, **Memorável Viagem Marítima e terrestre ao Brasil;** traduzido do inglês por Moarcir N. Vascolancelos; confrontos com a edição holandesa de 1682, introdução, notas, crítica bibliográfica e bibliografia por José Honório Rodrigues – Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1981.

RICHSHOFFER, Ambrosius. **Diário de um soldado.** Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1977.